

# Após denúncias, Petrobrás vai criar diretoria de governança corporativa

ANDRÉ MAGNABOSCO, ANTONIO PITA, FERNANDA NUNES, MARIANA DURÃO - O ESTADO DE S. PAULO

17 Novembro 2014 | 11h 45

**Presidente da estatal quer criar diretoria para garantir cumprimento da lei e diz que precisa de mais tempo para divulgar balanço; prosposta teve apoio unânime do conselho da estatal**



Graça Foster afirmou que a empresa precisará de mais tempo para divulgar o resultado financeiro do 3º trimestre

## RELACIONADAS

- [Confira tudo sobre Governança Corporativa](#)
- [Petrobrás: Diretoria vai ter de explicar como nunca detectou desvio bilionário](#)
- [Veja a cobertura completa da Operação Lava Jato](#)
- [Profissionais de governança começam a ganhar espaço nas empresas brasileiras](#)
- [Petrobrás reduz projeção de crescimento da produção em 2014](#)

*(Atualizada às 14h27)*

RIO - Em resposta às denúncias de corrupção da Operação Lava Jato, a Petrobrás quer criar uma diretoria de **governança corporativa** e compliance (área que verifica a conformidade das empresas às regras impostas por lei). A medida foi anunciada nesta segunda-feira, 17, pela presidente da estatal, Graça Foster, em teleconferência com analistas do mercado.

De acordo com a executiva, a proposta foi apresentada ao conselho de administração na reunião da última sexta-feira, 14, e teve apoio unânime.

Graça Foster também afirmou que a empresa precisará de **mais tempo para divulgar o resultado financeiro** do terceiro trimestre deste ano. A presidente da estatal afirmou que o tempo será usado no ajuste das demonstrações contábeis, já que delações feitas pelo ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Yousseff "revelaram uma série de informações que podem impactar os dados financeiros". Segunda ela, algumas baixas financeiras terão de ser feitas no resultado levando em consideração as denúncias de superfaturamento.

Inicialmente, a estatal iria divulgar o balanço na última sexta-feira, 14. A auditoria PriceWaterhouseCoopers decidiu, porém, **não assinar a demonstração contábil** da Petrobrás até que a companhia concluísse as investigações internas abertas para apurar denúncias de corrupção. Em comunicado, a companhia informou que previa para o dia 12 de dezembro a divulgação do balanço. Na sexta-feira, porém, também afirmou que **legalmente o anúncio poderia ocorrer até o dia 30**.

O diretor financeiro da Petrobrás, Almir Barbassa, indicou que fará ajustes nos balanços de resultados trimestrais apenas em relação às investigações por corrupção. O diretor também defendeu que o levantamento das informações, neste momento, é "o maior foco" da companhia.

Segundo Barbassa, a companhia trabalha para concluir "com celeridade" a divulgação dos dados contábeis não revisados. "Essas demonstrações, ainda que não revisadas, refletirão da melhor forma possível a situação patrimonial da Petrobras a luz dos fatos conhecidos", afirmou o diretor.

Para tentar dimensionar os prejuízos da empresa com o superfaturamento de contratos, a Petrobrás pagou R\$ 6 milhões para contratar o escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe Advogados, no Brasil, e mais US\$ 5 milhões pelo escritório Gibson, Dunn e Crutcher LLP, nos Estados Unidos.

**Novo departamento.** Graça Foster mencionou a criação da nova área de governança corporativa ao elencar 66 ações de gestão realizadas recentemente e encaminhadas aos auditores externos da PricewaterhouseCoopers (PwC) e aos escritórios de advocacia contratados para realizar investigações independentes acerca das denúncias da Lava Jato.

"Queremos mais do que o reconhecimento técnico que conquistamos ao longo de décadas, queremos respeito à governança da nossa companhia, que é a Petrobrás", afirmou Graça e completou, sobre os objetivos do novo departamento: "É o amadurecimento de uma companhia, que foi necessário resgatar isso, para que a gente tenha muito mais que o dever de punir, evitar que aconteça de novo. A prevenção é a grande meta que nós temos".

Com o sinal verde do conselho, a diretoria executiva se reuniu na manhã desta segunda-feira para tratar da concepção da proposta com a qual entende que serão mitigados riscos e assegurado o cumprimento de leis e regulamentos internos e externos, disse

Graça Foster a investidores. "Estamos imbuídos da certeza de que precisamos ter reconhecimento da nossa capacidade de governar", declarou.

Graça afirmou ainda que algumas auditorias abertas tiveram seus relatórios finais entregues aos diretores e ao setor jurídico "para adotar as punições que sejam adequadas". "Existe um elenco enorme de participação e responsabilidade diferenciada para uma mesma ação", afirmou.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, elogiou a medida durante participação em um congresso nesta segunda-feira, 17. "Esse exemplo (a criação de um departamento de governança) é significativo para nós. Para lutarmos contra a corrupção não tem caminho mais eficaz do que organizar o estado, ter metas", afirmou. O ministro afirmou que o TCU colaborou com a Polícia Federal durante as investigações da Operação Lava Jato prestando informações de auditorias na estatal.

**Tensão.** Após a sétima fase da Lava Jato, o clima é de apreensão dentro da Petrobrás: "Essa é uma situação diferente, nova, dentro da Petrobrás. Para nós, faz com que saíamos do estado natural. Ao mesmo tempo estimula a buscar todos os instrumentos de governança. O clima fica tenso, mas temos o dever de buscar mais recursos para que não aconteça de novo", afirmou Graça Foster.

A executiva disse ainda que não quer ser surpreendida outra vez. Ela negou, contudo, que as denúncias estejam atrapalhando os trabalhos dentro da empresa. "Se tivéssemos empresa parada não teríamos batido os recordes de produção que batemos. Essa empresa não parou", disse Graça.

O mau momento vivido pela Petrobrás se refletem nas ações negociadas em Bolsa. Em um ano, as ações ordinárias e preferenciais da Petrobrás acumulam queda de mais de 30%.